

por isso constantemente exposto à possibilidade de perder o emprego e o pão, isto é, a morrer de fome, e muitos sucumbem. As moradias dos trabalhadores são, sem exceção, mal arranjadas, mal construídas, mantidas em más condições, mal ventiladas, úmidas e insalubres; os habitantes são confinados no menor espaço possível e, na maioria dos casos, dorme, pelo menos, *uma* família inteira em *um* quarto. Os mobiliários dessas moradias são miseráveis e diferenciam-se em escalas até a completa ausência dos móveis, mesmo os mais necessários. O vestuário dos trabalhadores é também geralmente pobre e, na maioria dos casos, esfarrapado. Os alimentos são, em geral, ruins, freqüentemente intragáveis, e em muitos casos, pelo menos temporariamente, em quantidades insuficientes, de tal forma que, no caso extremo, se morre de fome. A classe dos trabalhadores nas grandes cidades oferece-nos, assim, uma escala das diferentes condições de vida — no melhor dos casos, uma existência provisoriamente suportável: para trabalho duro um bom salário, um bom alojamento e uma alimentação que não é inteiramente ruim. Tudo isto, naturalmente, do ponto de vista do trabalhador, é bom e suportável. No pior dos casos, miséria dura, que pode chegar ao desabrigo e morte pela fome. A média, porém, encontra-se mais próxima ao caso pior do que ao melhor. E esta escala não se subdivide em categorias fixas, de modo que se possa dizer: esta fração dos trabalhadores está bem, aquela mal, e assim permanecerá, pois assim já o era desde o sempre. Pelo contrário, aqui ou ali ocorre que um ramo especial de trabalho, em relação ao todo, tenha uma vantagem sobre os demais; sabe-se, em troca, que as condições dos trabalhadores em cada ramo oscilam tanto que a cada trabalhador em particular pode acontecer de viver a escala inteira entre um conforto relativo e a miséria mais extrema, até a morte pela fome, como quase todo proletário inglês sabe contar sobre as marcantes mudanças da sorte. As causas disto, vamos considerá-las agora mais de perto.

28/03 (Jo)

III. O CURSO HISTÓRICO DAS CIVILIZAÇÕES

1. F. ENGELS: BARBÁRIE E CIVILIZAÇÃO *

Acompanhamos, até agora, a dissolução da constituição gentílica nos três grandes exemplos individualizados dos gregos, romanos e germanos. Para finalizar, examinemos as condições econômicas gerais que já minavam a organização gentílica da sociedade na fase superior da barbárie e a eliminavam completamente com o surgimento da civilização. Aqui, *O capital* de Marx nos será tão necessário quanto o livro de Morgan¹.

Originada na fase média da selvageria, desenvolvida em sua fase superior, a gens alcança, à medida que nossas fontes permitem julgá-lo, seu resplendor na fase inferior da barbárie. Começamos, portanto, com esta fase da evolução.

Aqui encontramos — os peles-vermelhas vão servir-nos de exemplo — a constituição gentílica completamente formada. Uma tribo se dividiu em diversas gentes, geralmente duas; com o aumento da população, cada uma dessas gentes originais se divide em várias gentes-filhas, para as quais a gens-mãe aparece como fratria; a própria tribo se subdivide em várias tribos, em cada uma das quais vamos encontrar, na maioria

* Reproduzido de ENGELS, F. *Barbarei und Zivilisation. Der Ursprung der Familie, des Privateigentums und des Staats (A origem da família, da propriedade privada e do Estado)*. In: MARX, K. e ENGELS, F. *Ausgewählte Werke*. 7. ed. Berlin, Dietz Verlag, 1979. v. VI, cap. IX, p. 175-97. Traduzido por Flávio R. Kothe.

¹ MORGAN, Lewis Henry. *Ancient society or researches in the lines of human progress from savagery, through barbarism to civilization*. Londres, 1877. (N. do ed. al.)

dos casos, as antigas gentes; uma liga compreende, ao menos em certos casos, as tribos aparentadas. Essa organização simples satisfaz completamente às condições sociais das quais ela se originou. Ela nada mais é que o seu agrupamento próprio, natural; ela está em condições de dirimir todos os conflitos que possam surgir dentro da sociedade assim organizada. Para fora, basta a guerra; pode redundar no aniquilamento da tribo, nunca, porém, em sua escravização. É o grandioso, mas também o limitado da constituição gentílica, que ela não tenha espaço para dominação e servidão. Internamente, ainda não há diferença entre direitos e deveres; a questão de saber se a participação nos problemas públicos, vingança de sangue ou indenização seja um direito ou um dever não existe para o índio; ela lhe parece tão absurda quanto saber se comer, dormir, caçar seriam um direito ou uma obrigação. Tampouco podia ocorrer uma divisão da tribo ou da gens em diferentes classes. E isso nos leva ao exame da base econômica da situação.

A população é muito dispersa: mais densa apenas no local da moradia da tribo, ao redor da qual primeiro se estende a região de caça e, depois, a mata protetora neutra que a separa de outras tribos. A divisão do trabalho é puramente natural: só existe entre ambos os sexos. O homem faz a guerra, vai caçar e pescar, consegue a matéria-prima da alimentação e os instrumentos necessários para isso. A mulher cuida da casa e da preparação da comida e vestimenta, tece, cozinha, costura. Cada um manda em seu setor: o homem, no mato; a mulher, em casa. Cada um é proprietário dos instrumentos que prepara e usa: o homem, das armas, dos apetrechos de caça e pesca; a mulher, dos utensílios caseiros. A economia doméstica é comunitária, para várias, seguidamente para muitas famílias². O que é feito e utilizado em comum é propriedade comunitária: a casa, a horta, a canoa longa. Portanto, aqui e só aqui, se encontra "a propriedade autoproduzida" decantada por juristas e economistas da sociedade civilizada, o último subterfúgio jurídico em que a propriedade capitalista ainda se apóia.

Mas os homens não ficaram, em todos os lugares, estacionados neste estágio. Na Ásia, encontraram animais que se deixaram amansar e, amansados, se reproduziram. A fêmea do búfalo selvagem tinha de ser caçada; a mansa produzia uma cria a cada ano e, além disso, leite. Um certo número de tribos mais avançadas — árias, semitas, talvez já os turanianos — fez da domesticação, depois só ainda a criação e a vigilância, do gado a sua principal ocupação. Tribos de pastores se destacavam da massa restante dos bárbaros: *a primeira grande divisão social do trabalho*. As tribos pastoris não só produziam mais, mas também outros meios de subsistência que o resto dos bárbaros. Tinham

² Especialmente nas costas do noroeste da América (ver Bancroft). Entre os haidahis da ilha Rainha Carlota, ocorrem economias domésticas de até 700 pessoas sob um teto. Entre os nootkas, tribos inteiras viviam sob um teto. (N. de E.)

não somente leite, laticínios e carne em quantidades muito maiores do que estes, como também couros, lãs, peles de cabras e, com o aumento da massa de matéria-prima, os produtos da fiação e tecelagem. Com isso, foi possível, pela primeira vez, um intercâmbio regular. Em estágios anteriores, só podem ocorrer trocas ocasionais; especial habilidade no fabrico de armas e instrumentos pode levar a uma divisão transitória. Assim, foram encontrados em muitos lugares restos indubitáveis de oficinas para instrumentos de pedra originárias da última fase da Idade da Pedra; artífices, que aqui desenvolviam a sua habilidade, trabalhavam provavelmente por conta da coletividade, como ainda os artesãos permanentes das comunidades gentílicas hindus. De modo algum podia, nessa fase, surgir qualquer outra troca do que a dentro da tribo, e ainda assim em caráter excepcional. Aqui, pelo contrário, depois que as tribos pastoris se destacam, encontramos prontas todas as condições para a troca entre os membros de diferentes tribos, para a formação e consolidação disso como instituição regular. No começo, tribo trocava com tribo através dos respectivos chefes gentílicos; mas quando os rebanhos começaram a se tornar propriedade à parte [Sondereigentum], a troca individual preponderou cada vez mais e tornou-se, finalmente, a sua forma única. Mas o principal artigo que as tribos pastoris ofereciam, em troca, a seus vizinhos, era gado; gado tornou-se a mercadoria pela qual todas as outras mercadorias eram avaliadas e que, em toda parte, se gostava de receber em troca de qualquer outra — em suma, gado passou a ter função de dinheiro e desempenhou funções do dinheiro já nessa época. Tal foi a necessidade e rapidez com que se desenvolveu, já no começo da troca de mercadorias, a exigência de uma mercadoria-dinheiro.

A horticultura, provavelmente estranha aos bárbaros asiáticos da fase inferior, apareceu entre eles, o mais tardar, na fase média, como precursora da agricultura. O clima dos planaltos turanianos não permite a vida pastoril sem provisões de forragem para o longo e rigoroso inverno; cultivo dos campos e cultura de cereais eram, portanto, aqui, condição. O mesmo vale para as estepes ao norte do Mar Negro. Mas se o cereal foi primeiro colhido para o gado, logo ele se tornou também alimento humano. A terra cultivada continuou a ser propriedade da tribo, sendo transferida, primeiro, para uso da gens; depois, das comunidades de famílias; finalmente, dos indivíduos; podiam ter certos direitos de posse, mas mais também não.

Entre os progressos industriais dessa fase, dois são especialmente importantes. O primeiro é o tear; o segundo, a fundição de minérios e a elaboração dos metais. Cobre e estanho, e o bronze feito de ambos, eram, de longe, os mais importantes; o bronze fornecia instrumentos úteis e armas, mas não podia suprimir os instrumentos de pedra; isto só foi possível ao ferro, e ainda não se sabia produzir ferro. Ouro e

prata começaram a ser empregados para jóias e enfeites, e já devem ter então alcançado alta cotação em relação ao cobre e ao bronze.

O aumento da produção em todos os ramos — criação de gado, agricultura, manufatura caseira — deu à força de trabalho humana a capacidade de criar um produto maior do que era necessário para a sua manutenção. Aumentou, ao mesmo tempo, a carga de trabalho diário que recaía sobre cada membro da gens, da comunidade doméstica ou da família individual. Conseguir novas forças de trabalho tornou-se desejável. A guerra as forneceu: os prisioneiros de guerra foram transformados em escravos. A primeira grande divisão de trabalho, com seu aumento da produtividade do trabalho, portanto, da riqueza, e com a sua ampliação do campo de produção, arrastou consigo, sob as condições históricas gerais dadas, necessariamente a escravidão. Da primeira grande divisão social do trabalho, surgiu a primeira grande divisão da sociedade em duas classes: senhores e escravos, exploradores e explorados.

Como e quando os rebanhos passaram da posse comunitária da tribo ou da gens para a propriedade dos cabeças de famílias individuais, sobre isso não sabemos nada até agora. Deve ter, no entanto, ocorrido essencialmente nesta fase. Agora, com os rebanhos e as demais riquezas novas, ocorreu uma revolução na família. Obter a subsistência tinha sido sempre coisa do homem; os meios de obtenção tinham sido produzidos por ele e eram propriedade dele. Os rebanhos eram os novos meios de obtenção; sua domesticação inicial e sua guarda ulterior, trabalho dele. A ele pertencia, portanto, o gado; a ele, mercadoria e escravos trocados por gado. Todo o excedente que a produção agora deixava recaía para o homem; a mulher usufruía junto, mas não tinha participação na propriedade. O guerreiro e caçador “selvagem” estava satisfeito em casa com a posição de segundo, depois da mulher; o “bem mais suave” pastor, ostentando a sua riqueza, impôs-se no primeiro lugar e repôs a mulher no segundo. E ela não podia se queixar. A divisão de trabalho na família tinha regulamentado a divisão de propriedade entre homem e mulher; tinha permanecido a mesma; e, mesmo assim, a relação caseira tradicional pôs-se agora de cabeça para baixo, simplesmente porque a divisão de trabalho fora da família tinha se tornado outra. A mesma causa que havia assegurado à mulher a sua antiga supremacia na casa: a sua limitação ao trabalho caseiro, a mesma causa assegurava agora a supremacia do homem na casa: o trabalho doméstico da mulher desaparecia agora frente ao trabalho produtivo do homem. Este era tudo; aquela, um adendo sem maior significação. Aqui já se mostra que a libertação da mulher, a sua equiparação com o homem, é e permanece uma impossibilidade enquanto a mulher ficar excluída do trabalho social produtivo e restrita ao trabalho caseiro privado. A emancipação da mulher só se torna possível quando ela pode participar, em larga escala, em escala social, na produção e o

trabalho caseiro só a ocupa ainda numa proporção insignificante. E isto só se tornou possível com a grande indústria moderna, que não só permite trabalho feminino em larga escala, mas formalmente o solicita e tende a transformar cada vez mais o trabalho doméstico em uma indústria pública.

Com a supremacia efetiva do homem na casa, tinha caído a última barreira para o seu domínio absoluto. Esse domínio absoluto foi confirmado e perenizado com a queda do direito matriarcal, a introdução do direito patriarcal, pela paulatina transição do acasalamento para a monogamia. Mas, com isso, abriu-se uma fenda na velha ordem gentílica: a família individual tornou-se uma potência e levantou-se ameaçadoramente frente à gens.

O passo seguinte leva-nos à fase superior da barbárie, o período em que todos os povos civilizados passaram a sua época heróica: época da espada de ferro, mas também do arado e do machado de ferro. O machado havia se tornado útil ao homem, a última e mais importante de todas as matérias-primas que desempenharam um papel historicamente revolucionário, a última — até a batata. O ferro possibilitou a agricultura em grandes superfícies, a preparação, para o cultivo, de largas faixas de floresta; deu ao artesão instrumentos de uma dureza e um fio a que nenhuma pedra, nenhum outro metal conhecido se equiparavam. Tudo isso aos poucos; o primeiro ferro era freqüentemente ainda mais macio do que o bronze. Assim, a arma de pedra só desapareceu aos poucos; não só na “Canção de Hildebrando”³, também ainda em Hastings⁴, no ano de 1066, aparecem ainda machados de pedra na luta. Mas o progresso era, agora, irresistível, pouco interrompido e cada vez mais rápido. A cidade, cercada com muralhas de pedra, torres e ameias ou casas de tijolo, transformou-se em sede central da tribo ou da confederação de tribos; um progresso notável na arte da construção, mas também um sinal do perigo crescente e da necessidade de defesa. A riqueza crescia rapidamente, mas como riqueza de indivíduos; a tecelagem, a metalurgia e outros ofícios cada vez mais especializados desenvolveram uma multiplicidade e uma habilidade crescentes da produção; a agricultura fornecia, agora, além de cereais, leguminosas e frutas, também óleo e vinho, cuja preparação se aprendera. Atividade tão variada já não podia mais ser realizada por um só indivíduo; a segunda grande divisão do trabalho ocorreu: a manufatura [Handwerk] se sepa-

³ A “Canção de Hildebrando”, um poema heróico do século VIII, preservado em fragmentos de alto alemão antigo, é o mais velho texto alemão de sagas transmitido. (N. do ed. al.)

⁴ Na Batalha de Hastings, em 1066, os anglo-saxões foram devastadoramente aniquilados pelas tropas do Duque da Normandia, Guilherme, que invadira a Inglaterra e que mais tarde se tornou rei da Inglaterra. (N. do ed. al.)

rou da agricultura. O aumento contínuo da produção e, com isso, da produtividade do trabalho elevou o valor da força de trabalho humana; a escravidão, ainda em estado nascente e esporádica na fase anterior, torna-se agora componente essencial do sistema da sociedade; os escravos deixam de ser meros auxiliares, são levados às dúzias para o trabalho no campo ou na oficina [Werkstatt]. Com a divisão da produção em dois grandes ramos principais, agricultura e manufatura, surge a produção direta para a troca, a produção de mercadorias; com ela, o comércio não só no interior e nos limites da tribo, mas já também por mar. Tudo isso, porém, ainda muito subdesenvolvido; os metais nobres começam a se tornar mercadoria-dinheiro precíua e universalmente, mas ainda sem serem cunhados, só sendo trocados de acordo com o peso desnudo.

A diferença entre ricos e pobres surgiu ao lado da diferença entre homens livres e escravos — com a nova divisão de trabalho, uma nova divisão da sociedade em classes. Por toda parte, as diferenças de posses entre os cabeças das famílias individuais rebentam a velha casa comunitária comunista, onde quer que ela ainda subsistisse; com ela, a labuta em comum do solo por conta dessa comunidade. A terra cultivada é dada, para uso, às famílias particulares, primeiro temporariamente, depois definitivamente; a transição à propriedade privada total foi-se realizando aos poucos e, paralelamente, a passagem do mero acasalamento para a monogamia. A família individual começa a ser unidade econômica da sociedade.

A maior densidade populacional exige maior conexão tanto para dentro quanto para fora. A união de tribos aparentadas torna-se, por toda parte, uma necessidade; logo também a sua fusão e, com isso, a fusão dos territórios tribais isolados em um território comum do povo. O chefe militar do povo — rex, basileus, thiudans — torna-se funcionário permanente, indispensável. A assembleia do povo surge onde quer que ela ainda não existisse. Chefe militar, conselho, assembleia do povo constituem os órgãos da sociedade gentílica evoluída para uma democracia militar. Militar — pois a guerra e a organização para a guerra tornaram-se agora funções regulares da vida do povo. As riquezas dos vizinhos excitam a ambição de povos, entre os quais a rapina de riquezas já aparece como uma das primeiras finalidades da vida. São bárbaros: roubar lhes é mais fácil e até mais honroso do que trabalhar. A guerra, empreendida anteriormente só como vingança contra agressões ou para ampliar o território tornado insuficiente, é agora empreendida só por causa do saque, torna-se ramo permanente de lucros. Não por acaso se erigem as muralhas ameaçadoras em torno das novas cidades fortificadas: em seus fossos se abre o túmulo da constituição gentílica e suas torres já se alçam prontas para dentro da civilização. E o mesmo ocorre no interior. As guerras de rapina aumentam o poder do chefe militar

supremo bem como dos subchefes; a eleição habitual dos sucessores nas mesmas famílias, sobretudo desde a introdução do direito patriarcal, passou gradualmente a ser sucessão hereditária, primeiro tolerada, depois reivindicada e, finalmente, usurpada; os alicerces da monarquia e da nobreza hereditária estão lançados. Assim, os órgãos da constituição gentílica se desprendem aos poucos de suas raízes no povo, na gens, na fratria, na tribo, e toda a constituição gentílica se transforma em seu contrário. De uma organização de tribos para a livre ordenação de seus próprios interesses, ela se torna uma organização para o saque e a opressão dos vizinhos e, de modo correspondente, os seus órgãos, de instrumentos da vontade popular, passam a ser órgãos autônomos de dominação e opressão de seu próprio povo. Mas isso jamais teria sido possível se a cobiça por riquezas não tivesse dividido os membros da gens em ricos e pobres, se “a diferença de propriedade dentro da mesma gens não tivesse transformado a unidade de interesses em antagonismo dos membros da gens” (Marx) e se a ampliação da escravatura já não tivesse começado a fazer com que se considerasse o trabalho para ganhar a vida como atividade adequada apenas a escravos, como algo mais censurável do que o roubo.

*

Com isso, chegamos ao limiar da civilização. Ela se abre através de um novo progresso na divisão do trabalho. Na fase mais inferior, os homens só produziam diretamente para as próprias necessidades; os atos de troca que às vezes ocorriam eram casos isolados, relativos apenas ao excedente que ocasionalmente se desse. Na fase média da barbárie, já encontramos, entre povos pastoris, no gado uma posse que, num certo tamanho dos rebanhos, fornece de modo regular um excedente para além da própria necessidade; ao mesmo tempo, encontramos uma divisão do trabalho entre povos pastoris e tribos retrógradas sem rebanhos; com isso, dois estágios diferentes de produção existindo lado a lado e, com isso, as condições de uma troca regular. A fase superior da barbárie nos traz uma divisão ainda maior do trabalho; com isso, produção de uma parcela crescente dos produtos do trabalho diretamente para a troca; com isso, elevação da troca entre produtores individuais a uma necessidade vital da sociedade. A civilização consolida e amplia todas essas divisões prévias do trabalho, acentuando sobretudo a antítese entre cidade e campo (com o que a cidade pode dominar economicamente o campo, como na Antiguidade, ou também o campo à cidade, como na Idade Média), e acrescenta a isso uma terceira divisão do trabalho, peculiar a ela, decisivamente importante: ela cria uma classe que não se ocupa mais com a produção, mas apenas com a troca dos produtos — os comerciantes. Todos os prolegômenos à constituição só tinham, até então, a ver exclusivamente com a produção;

eles dividiam as pessoas participantes da produção em diretores e executores ou, então, em produtores em escala maior ou menor. Aqui aparece, pela primeira vez, uma classe que, sem participar, de alguma maneira, da produção, conquista a direção geral da produção e subordina economicamente os produtores a ela; que se transforma em intermediário indispensável entre dois produtores a cada vez, explorando a ambos. Sob o pretexto de poupar aos produtores a fadiga e os riscos da troca, de encontrar saída para os seus produtos em mercados distantes, tornando-se, assim, a classe mais útil da população, constitui-se uma classe de parasitas, autênticos sanguessugas sociais que, como remuneração por serviços efetivamente muito insignificantes, retira o suco tanto da produção interna quanto da estrangeira, consegue depressa enormes riquezas e influência social equivalente e, já por isso, é chamada, durante o período da civilização, para sempre novas honras e controle crescente da produção, até gerar finalmente também o seu próprio produto — as crises periódicas do comércio.

No estágio de desenvolvimento que examinamos, a jovem comunidade de comerciantes não tem ainda nenhuma noção das grandes coisas que lhe estão reservadas. Mas ela se forma e se torna indispensável, e isso basta. Mas com ela se forma também o *dinheiro metálico*, a moeda cunhada, e com o dinheiro metálico um novo meio para a dominação dos não-produtores sobre os produtores e a sua produção. A mercadoria das mercadorias, a que guarda em si, no abscondito, todas as outras mercadorias, estava descoberta; estava descoberto o instrumento mágico capaz de se transformar em qualquer coisa desejável e desejada. Quem a tinha dominava o mundo da produção. E quem a tinha mais que todos? O comerciante. Em sua mão, o culto do dinheiro estava garantido. Providenciava que se revelasse o quanto todas as mercadorias, com isso todos os produtores de mercadorias, tinham de se prosternar ante o dinheiro, jogando-se no pó. Demonstrou praticamente o quanto todas as outras formas de riqueza tornam-se elas mesmas mera aparência ante essa corporificação da riqueza enquanto tal. Nunca mais o poder do dinheiro se mostrou em tal brutalidade e violência quanto neste seu período de juventude. Depois da compra de mercadorias com dinheiro, veio o empréstimo de dinheiro, com este o juro e a usura. E nenhuma legislação posterior lança o devedor de modo tão impiedoso e irremissível aos pés do credor usurário quanto a da antiga Atenas e da antiga Roma — e ambas nasceram espontaneamente, como direitos consuetudinários, não sujeitos a outra compulsão que não a econômica.

Ao lado da riqueza em mercadorias e escravos, ao lado da riqueza em dinheiro, apareceu agora também a riqueza em posse de terras. O direito de posse de parcelas do solo concedidas originalmente pela gens ou pela tribo a indivíduos tinha, agora, se fortalecido a tal ponto que essas parcelas lhe pertenciam por direito de herança. O que, nos últimos tempos, eles exigiam antes de tudo era ficar livres do direito da comu-

nidade gentílica sobre as parcelas, direito que se tornou uma prisão para eles. Livraram-se da prisão — mas logo depois também da nova propriedade territorial. Propriedade total, livre, do solo, isso significava não só a possibilidade de possuir o solo sem restrição nem limitação, isso significava também a possibilidade de aliená-lo. Enquanto o solo era propriedade da gens, essa possibilidade não existia. Quando, porém, o novo proprietário eliminou definitivamente a prisão da propriedade suprema da gens e da tribo, ele rompeu também o vínculo que o tinha unido, até então, indissolúvelmente ao solo. O que isto significava foi-lhe esclarecido através do dinheiro, inventado simultaneamente com a propriedade privada. A terra podia, agora, tornar-se mercadoria que se vende e se hipoteca. Mal tinha sido introduzida a propriedade da terra, já se inventou também a hipoteca (ver Atenas). Assim como o heterismo e a prostituição se prendem aos calcanhares da monogamia, assim também, de agora em diante, a hipoteca aos calcanhares da propriedade do solo. Vós quisestes ter a propriedade do solo, total, livre, alienável, pois bem, agora vós a tendes — Tu l'as voulu, George Dandin! [Tu o quiseste, George Dandin!] ⁵.

Assim, com a expansão do comércio, dinheiro e usura, propriedade do solo e hipoteca, progrediram rapidamente a concentração e centralização da riqueza nas mãos de uma classe pouco numerosa, ao lado disso o empobrecimento crescente das massas e a massa crescente dos pobres. A nova aristocracia da riqueza, à medida que não coincidia de antemão com a velha nobreza tribal, empurrou-a esta definitivamente para os bastidores em Atenas, em Roma e entre os germanos. E ao lado dessa divisão dos homens livres em classes de acordo com a riqueza, ocorreu, especialmente na Grécia, um aumento monstruoso do número de escravos ⁶, cujo trabalho forçado constituía a base [Grundlage] sobre a qual se elevava todo o edifício [Überbau] de toda a sociedade.

Vejamos agora o que ocorreu com a constituição gentílica nessa revolução social. Ante os novos elementos crescidos sem a sua participação ativa, ela estava impotente. Seu pressuposto era que os membros de uma gens, ou até mesmo de uma tribo, estivessem reunidos no mesmo território e o habitassem com exclusividade. Isso já tinha acabado há muito. Por toda parte, gentes e tribos estavam misturadas; por toda parte, viviam escravos, protegidos, estrangeiros, entre os cidadãos. A vida sedentária, alcançada somente ao final da fase média da barbárie, foi sempre de novo quebrada pela mobilidade e modificabilidade do local de moradia determinadas pelo comércio, pela mudança da compra, pela alteração da propriedade de terras. Os membros dos corpos gentílicos não podiam mais se reunir para tomarem conhecimento de seus próprios

⁵ Frase da peça de Molière, *George Dandin, ou le mari confondu*, ato 1, cena 9.

⁶ Em Corinto, na época do apogeu da cidade, compreendia 460 000; em Egina, 470 000; em ambos os casos, dez vezes o número de cidadãos livres. (N. de E.)

assuntos em comum; só coisas pouco importantes, como as festas religiosas, ainda eram resolvidas em caso de necessidade. Ao lado das necessidades e dos interesses, para cuja garantia se tinham constituído e habilitado os corpos gentílicos, tinham surgido novas necessidades e interesses da revolução das relações de compra e venda e da modificação decorrente da subdivisão social, que eram estranhos não só à velha ordenação gentílica, mas a contrariavam em todos os sentidos. Os interesses dos grupos de artesãos surgidos através da divisão do trabalho, as necessidades específicas da cidade em antítese ao campo, exigiam novos órgãos; cada um desses grupos era, porém, composto de pessoas das mais diversas gentes, fratrias e tribos, incluía até mesmo estrangeiros; esses órgãos tinham de se formar, portanto, fora da constituição gentílica, ao lado dela e, com isso, contra ela. E, por sua vez, em cada corporação gentílica fazia-se sentir esse conflito de interesses que alcançou sua culminância na reunião de ricos e pobres, usurários e devedores, na mesma gens e na mesma tribo. — A isso se acrescentava a massa da nova população, estranha às sociedades gentílicas, que, como em Roma, podia tornar-se um poder no país e, além disso, era numerosa demais para ser absorvida aos poucos nas estirpes e tribos consanguíneas. Ante essa massa, as ligas gentílicas apareciam como corporações fechadas, privilegiadas, a democracia originária natural tinha se transformado numa detestável aristocracia. — Afinal, a constituição gentílica tinha brotado de uma sociedade que não conhecia contradições internas e só era também adequada a algo dessa ordem. Ela não tinha meios de coerção além da opinião pública. Aqui, porém, havia surgido uma sociedade que, por força das condições gerais da vida econômica, tinha tido de se dividir em homens livres e escravos, em ricos exploradores e pobres explorados, uma sociedade que não só não podia reconciliar novamente essas contradições, como precisava levá-las cada vez mais a seus extremos. Uma tal sociedade só podia existir na luta aberta e permanente dessas classes entre si ou, então, sob o domínio de uma terceira força que, aparentemente pairando acima das classes antagônicas, reprimia o conflito aberto delas e deixava-o desenrolar-se, no máximo, no campo econômico, numa forma considerada legal. A constituição gentílica tinha caducado. Estava implodida pela divisão do trabalho e por sua resultante, a divisão da sociedade em classes. Ela foi substituída pelo *Estado*.

*

Já estudamos, uma a uma, as três formas principais em que o Estado se erige sobre as ruínas da constituição gentílica. Atenas apresenta a forma mais pura, mais clássica: aqui o Estado surge, direta e preponderantemente, dos antagonismos de classe que se desenvolvem dentro da própria sociedade gentílica. Em Roma, a sociedade gentílica

se converte numa aristocracia fechada, em meio a uma plebe inumerável, mantida fora, sem direitos, mas com deveres; a vitória da plebe rebenta a antiga constituição gentílica e erige sobre suas ruínas o Estado, em que aristocracia gentílica e plebe logo se confundem totalmente. Entre os germanos, vencedores do Império Romano, surge, afinal, o Estado diretamente da conquista de grandes territórios estrangeiros, que o regime gentílico não tinha meios de dominar. No entanto, porque a essa conquista não corresponde uma luta mais séria com a antiga população nem uma divisão do trabalho mais avançada, porque o grau de desenvolvimento econômico dos conquistados e dos conquistadores é quase o mesmo, a base econômica da sociedade permanece, por conseguinte, a mesma, a constituição gentílica pode subsistir por séculos sob uma configuração modificada, territorial, como constituição de marcas [Markverfassung] e, até mesmo nas famílias nobres e patrícias posteriores, inclusive em famílias camponesas, como em Dithmarschen, rejuvenescer por algum tempo em forma atenuada⁷.

O Estado não é, pois, de modo algum, um poder imposto desde fora à sociedade; tampouco ele é “a realidade da idéia moral”, “a imagem e a realidade da razão”, como Hegel supunha⁸. Ele é, muito mais, um produto da sociedade em determinados graus de desenvolvimento; ele é o reconhecimento de que uma sociedade se enredou numa contradição insolúvel consigo mesma, dividiu-se em antagonismos irreconciliáveis que ela não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, classes com interesses econômicos contraditórios, não se entredovorem e não devorem a sociedade, tornou-se necessário um poder pairando aparentemente acima da sociedade e que tem de abafar o conflito, mantê-lo dentro dos limites da “ordem”; e este poder, nascido da sociedade, mas se colocando acima dela, cada vez mais alienado dela, é o Estado.

Em confronto com a antiga organização gentílica, o Estado se caracteriza primeiro pelo agrupamento dos cidadãos *de acordo com o território*. As antigas associações gentílicas, constituídas e sustentadas por vínculos de sangue, tinham, como vimos, se tornado insuficientes, em grande parte porque pressupunham a conexão dos membros a um determinado território, e isto já deixara de existir há muito. O território permanecera, mas os homens tinham se tornado móveis. Tomou-se, portanto, a divisão territorial como ponto de partida e deixou-se os cidadãos exercerem os seus direitos e deveres públicos onde se assentassem, sem considerar gens ou tribo. Essa organização dos membros do Estado

⁷ O primeiro historiador que, ao menos, teve uma concepção aproximada da essência da gens foi Niebuhr — mas também com erros anteriores não filtrados —, ele a deve ao seu conhecimento das gentes ditmarsicas. (N. de E.)

⁸ HEGEL. *Fundamentos de Filosofia do Direito ou Direito natural e ciência do Estado em seus fundamentos*. In: *Werke*. v. 8. Berlim, 1833.

de acordo com a localização territorial é comum a todos os Estados. Por isso, ela nos parece natural; vimos, no entanto, como foram necessárias lutas longas e renhidas até que ela, em Atenas e Roma, pudesse colocar-se no lugar da antiga organização gentílica.

O segundo traço característico do Estado é a instituição de uma força pública, que já não mais coincide de modo imediato com a população organizada como força armada. Essa especial força pública é necessária porque uma organização armada autônoma da população tornou-se impossível desde a divisão em classes. Os escravos também pertencem à população; os 90 000 cidadãos atenienses constituem, em confronto com os 365 000 escravos, uma classe privilegiada. O exército do povo da democracia ateniense era um poder aristocrático público em confrontação com os escravos e os mantinha na cerca; mas para manter também os cidadãos submissos era necessária uma polícia [Gendarmerie], conforme foi referido acima. Esta força pública existe em cada Estado; ela se constitui não só de homens armados, mas também de acessórios materiais, prisões e instituições coercitivas [Zwangsanstalten] de toda espécie, de que a sociedade gentílica nada sabia. Ela pode ser pouco significativa, estar quase desaparecendo em sociedades com antagonismos de classe ainda subdesenvolvidos e em lugares distantes, como em certas épocas e lugares dos Estados Unidos da América. Ela se reforça, no entanto, à medida que os antagonismos de classe [Klassengegensätze] se exacerbam dentro do Estado e os Estados limítrofes se tornam maiores e mais populosos — basta ver a nossa Europa de hoje, onde a luta de classes e a rivalidade nas conquistas empurram o poder público a uma altitude tal que ameaça engolir a sociedade toda e até mesmo o Estado.

Para sustentar esse poder público, são necessárias contribuições dos cidadãos — os impostos. Estes eram completamente desconhecidos para a sociedade gentílica. Mas nós, hoje, podemos contar muitas coisas sobre eles. Com a civilização progressiva, eles também não bastam mais; o Estado emite letras sobre o futuro, contrai empréstimos, *dívidas do Estado*. Também sobre isso a velha Europa sabe declamar alguns versinhos.

Na posse do poder público e do direito de recolher impostos, os funcionários estão agora aí como órgãos da sociedade *sobre* a sociedade. O respeito livre e voluntário tributado aos órgãos da constituição gentílica já não lhes basta, mesmo que pudessem tê-los; veículos de um poder cada vez mais estranho à sociedade, precisam impor respeito através de leis de exceção, por força das quais gozam de uma santidade e uma inviolabilidade especiais. O mais reles funcionário policial do Estado civilizado tem mais "autoridade" do que todos os órgãos da sociedade gentílica juntos; mas o príncipe mais poderoso e o maior esta-

disto ou general da civilização pode invejar o menor dos chefes de gens pelo respeito espontâneo e indiscutível que lhe é prestado. Um está plenamente dentro da sociedade; o outro é obrigado a querer representar algo fora e acima dela.

Como o Estado nasceu da necessidade de conter os antagonismos de classe, mas, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito dessas classes, ele é, por conseguinte, em regra, Estado da classe mais poderosa, economicamente dominante, que, através dele, também se torna a classe politicamente dominante e, assim, adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim, o Estado antigo era, *antes de tudo*, Estado dos donos de escravos para manter a sujeição dos escravos, assim como o Estado feudal era órgão da nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes, e o moderno Estado representativo é instrumento da exploração do trabalho assalariado através do capital. Excepcionalmente, no entanto, ocorrem períodos em que as classes em luta se equilibram de tal modo que o poder do Estado, como mediador aparente, alcança uma certa autonomia em relação a ambas. Assim, a monarquia absoluta dos séculos XVII e XVIII, que contrabalançava nobreza e burguesia; assim, o bonapartismo do primeiro e, especialmente, do segundo império francês, que jogava o proletariado contra a burguesia e a burguesia contra o proletariado. Dessa espécie, o feito mais recente, no qual dominadores e dominados aparecem igualmente cômicos, é o do novo reino alemão da nação bismarckiana: aqui, capitalistas e trabalhadores são contrabalançados mutuamente e igualmente ludibriados para proveito dos degenerados fidalgotes rurais [Krautjunker] prussianos.

Além disso, na maioria dos Estados históricos, os direitos concedidos aos cidadãos são nivelados de acordo com as suas posses e, com isso, é expresso diretamente que o Estado é uma organização das classes possuidoras para proteção contra as não-possuidoras. Já era assim nas classes de posses atenienses e romanas. Assim, no Estado feudal da Idade Média, onde a posição de poder político era dada de acordo com a propriedade territorial. Assim, no censo eleitoral dos modernos Estados representativos. Esse reconhecimento político da diferença de posses não é, contudo, de modo algum, essencial. Pelo contrário, caracteriza um estágio inferior de desenvolvimento estatal. A forma mais elevada de Estado, a república democrática, que mais e mais se torna, em nossas modernas relações sociais, uma necessidade inevitável, é a única forma de Estado em que pode ser travada a última luta decisiva entre proletariado e burguesia — a república democrática nada mais sabe, oficialmente, de diferenças de propriedade. Nela, a riqueza exerce o seu poder indiretamente, mas com tanto maior segurança. Por um lado, sob a forma de corrupção direta de funcionários, para o que os Estados Unidos são o exemplo clássico; por outro lado, sob a forma de

aliança de governo e bolsa, que se realiza com tanto maior facilidade quanto mais se elevam as dívidas do Estado e quanto mais sociedades por ações concentram em suas mãos não só o transporte, mas também a própria produção e, novamente, encontram na bolsa o seu centro. Para isso, além dos Estados Unidos, a mais recente República Francesa é o exemplo mais flagrante, e também a proba Suíça deu a sua contribuição nesse campo. Mas que essa irmandade de governo e bolsa não exige uma república democrática, demonstra-o, além da Inglaterra, o novo império alemão, onde não se pode dizer quem elevou mais alto o direito ao voto, se Bismarck ou Bleichröder. E, finalmente, a classe possuidora domina diretamente através do sufrágio universal. Enquanto a classe oprimida, portanto, em nosso caso, o proletariado, ainda não estiver madura para a sua autoliberação, ela há de reconhecer, em sua maioria, a ordenação existente como a única possível e ser, politicamente, a cauda da classe dos capitalistas, a sua ala de extrema-esquerda. Mas à medida que ela contra-amadurece a sua auto-emancipação, nessa medida ela se constitui como partido próprio, elege os seus próprios representantes, não os dos capitalistas. O sufrágio universal é, assim, a escala da maturidade da classe dos trabalhadores. No Estado atual, não pode nem poderá nunca ser mais do que isso; mas isso também basta. No dia em que o termômetro do sufrágio universal registrar o ponto de ebulição entre os trabalhadores, eles saberão, tanto quanto os capitalistas, onde estão.

O Estado não existe, portanto, desde a eternidade. Houve sociedades que funcionaram sem ele, que não tinham nenhuma noção de Estado e poder estatal. Numa certa fase da evolução econômica, que era necessariamente ligada à divisão da sociedade em classes, através dessa divisão o Estado se tornou uma necessidade. Nós nos aproximamos, agora, a passos rápidos, de uma etapa do desenvolvimento da produção em que a existência dessas classes não só deixou de ser uma necessidade, mas se torna um empecilho efetivo à produção. Hão de cair tão inevitavelmente quanto antes surgiram. Com elas cai inevitavelmente o Estado. A sociedade que reorganiza a produção à base da associação livre e igualitária dos que produzem transfere toda a máquina do Estado lá para onde será, então, o seu lugar: o museu das antiguidades, ao lado da roca de fiar e do machado de bronze.

*

A civilização é, portanto, segundo o que foi exposto, o estágio de evolução da sociedade em que a divisão do trabalho, a troca entre indivíduos dela resultante e a produção de mercadorias, compreendendo a ambos, atingem o seu pleno desenvolvimento e revolucionam toda a sociedade anterior.

A produção, em todos os estágios anteriores da sociedade, era essencialmente comunitária, assim como o consumo ocorria através de distribuição direta dentro de comunidades comunistas maiores ou menores. Essa comunidade de produção se dava dentro dos limites mais rígidos; mas ela levava consigo o domínio dos produtores sobre o seu processo de produção e o seu produto. Sabem o que será do produto: eles o consomem, ele não escapa de suas mãos e, enquanto a produção é feita nesta base, ela não pode sobrepor-se aos produtores nem fazer surgir ante eles poderes fantasmagóricos estranhos, como ocorre de modo regular e inevitável na civilização.

Mas nesse processo de produção foi-se introduzindo lentamente a divisão do trabalho. Ela subverte a natureza comunitária da produção e apropriação, erige a apropriação individual em regra dominante e cria, assim, a troca entre indivíduos — como, isso já examinamos anteriormente. Aos poucos a produção de mercadorias se torna forma dominante.

Com a produção de mercadorias, a produção não mais para consumo próprio, mas para a troca, os produtos trocam necessariamente de mãos. O produtor dá adiante o seu produto na troca, ele não sabe mais o que será dele. Assim como o dinheiro aparece, e com o dinheiro o comerciante como mediador entre os produtores, o processo de troca se torna ainda mais complicado e o destino final dos produtos ainda mais incerto. Os comerciantes são muitos e nenhum deles sabe o que o outro faz. As mercadorias já não andam mais apenas de mão em mão, elas andam também de mercado em mercado; os produtores perderam o controle sobre a produção global de seu círculo de vida, e os comerciantes não o assumiram. Produtos e produção estão entregues ao acaso.

Mas o acaso, este é apenas um pólo de uma correlação, cujo outro pólo se chama necessidade. Na natureza, onde o acaso também parece dominar, já provamos há muito, em cada setor específico, a necessidade imanente e a regularidade que se afirmam nesse acaso. O que, porém, vale para a natureza, vale também para a sociedade. Quanto mais uma atividade social, uma série de processos sociais, se torna poderosa demais para o controle consciente dos homens, lhes cresce por cima da cabeça, quanto mais ela parece abandonada ao puro acaso, tanto mais se impõem nesse acaso as suas leis próprias, imanentes, como uma necessidade natural. Tais leis dominam também os acasos da produção de mercadorias e da troca de mercadorias; frente ao produtor e ao comerciante isolados, aparecem como forças estranhas, no começo até desconhecidas, cuja natureza precisa ser primeiro laboriosamente pesquisada e fundamentada. Essas leis econômicas da produção de mercadorias se modificam com os diversos graus de desenvolvimento dessa forma de produção; grosso modo, no entanto, todo o período da civili-

zação está sob o seu domínio. E ainda hoje o produto domina o produtor; ainda hoje a produção global da sociedade é regulada não por um plano deliberado conjuntamente, mas através de leis cegas, que se impõem com força elementar, em última instância nas tempestades das crises comerciais periódicas.

Vimos acima como, numa fase bastante primitiva do desenvolvimento da produção, a força do trabalho humano é capacitada a produzir um produto consideravelmente maior do que o necessário para a manutenção dos produtores, e como essa fase de desenvolvimento é, no cerne, a mesma em que nascem a divisão do trabalho e a troca entre indivíduos. Agora, não demorou mais muito até que fosse descoberta a grande "verdade" de que também o homem pode ser uma mercadoria; que a força humana pode ser trocada e usada ao se transformar o homem em um escravo. Mal tinham os homens começado a trocar, já começavam eles mesmos a serem trocados. O ativo tornou-se um passivo, quer os homens quisessem, quer não.

Com a escravidão, que atingiu o seu mais alto grau de desenvolvimento com a civilização, surgiu a primeira grande cisão da sociedade em uma classe exploradora e uma classe explorada. Essa cisão perdurou durante todo o período civilizado. A escravidão é a primeira forma de exploração, própria do mundo antigo; sucede-a a servidão na Idade Média, o trabalho assalariado nos tempos modernos. São essas as três grandes formas de servitude, características das três grandes épocas da civilização; aberta e, recentemente, de modo disfarçado, a escravidão a acompanha sempre.

A fase da produção de mercadorias, com que a civilização começa, caracteriza-se economicamente pela introdução: 1. do dinheiro metálico e, com isso, do capital financeiro, do juro e da usura; 2. dos comerciantes como classe mediadora entre os produtores; 3. da propriedade privada e da hipoteca, e 4. do trabalho escravo como forma dominante de produção. A forma de família, correspondente à civilização e vencendo definitivamente com ela, é a monogamia, o domínio do homem sobre a mulher, e a família individual como unidade econômica da sociedade. A coesão da sociedade civilizada é o Estado, que, em todos os períodos característicos, é, sem exceção, o Estado da classe dominante e, em todos os casos, mantém-se essencialmente uma máquina para a repressão da classe oprimida, explorada. Característico para a civilização é ainda: por um lado, a fixação da antítese entre cidade e campo como fundamento de toda a divisão social do trabalho; por outro lado, a introdução dos testamentos, pelos quais o proprietário pode dispor de sua propriedade até mesmo depois de morto. Essa instituição, soco direto no rosto da velha constituição gentílica, era desconhecida em Atenas até Sólon; em Roma, ela foi introduzida bas-

tante cedo; quando, não o sabemos⁹; entre os germanos, os padrecas a introduziram para que o probo alemão pudesse doar à Igreja o seu legado.

Com essa constituição básica, a civilização realizou coisas a cuja altura a sociedade gentílica jamais estaria. Mas realizou-as ao pôr em movimento os instintos e as paixões mais sujos do homem e em detrimento de todas as suas faculdades restantes. A ambição vulgar foi a alma condutora da civilização desde seu primeiro dia até hoje, riqueza e novamente riqueza e pela terceira vez riqueza, riqueza não da sociedade, mas desse mísero indivíduo isolado, sua única meta objetiva. Se, com isso, lhe caiu no colo o desenvolvimento crescente da ciência e, por períodos retomados, o florescimento máximo da arte, é somente porque sem isso não teria sido possível a acumulação plena de riquezas.

Como o fundamento da civilização é a exploração de uma classe por outra classe, todo o seu progresso se opera numa contradição permanente. Cada progresso da produção é, ao mesmo tempo, uma regressão na situação da classe oprimida, isto é, da grande maioria. Cada benefício para uns é necessariamente uma desgraça para outros; cada nova libertação de uma classe, uma nova opressão para uma outra classe. A prova mais eloqüente disso é dada pela introdução da maquinaria, cujos efeitos hoje são mundialmente conhecidos. E se, entre os bárbaros, a diferença entre direitos e deveres, como vimos, quase já não pode mais ser feita, a civilização torna a diferença e a antítese entre ambos clara até para o maior imbecil, ao atribuir a uma classe quase todos os direitos e à outra, pelo contrário, quase todos os deveres.

Mas não deve ser assim. O que é bom para a classe dominante é para ser bom para toda a sociedade, com a qual a classe dominante se identifica. Portanto, quanto mais a civilização progride, tanto mais ela se vê obrigada a encobrir com o manto do amor os males necessariamente decorrentes dela, ou enfeitá-los ou renegá-los, em suma, introduzir uma hipocrisia convencional que não era conhecida nem pelas primitivas formas sociais, nem mesmo pelas primeiras fases da civilização, e que culmina com a declaração de que a exploração da classe

⁹ O *Sistema dos direitos adquiridos* de Lassalle gira, na segunda parte, principalmente em torno da tese de que o testamento romano seria tão antigo quanto a própria Roma, que não teria havido para a história romana jamais "uma época sem testamento"; que o testamento teria surgido muito antes, na época pré-romana, do culto aos mortos. Lassalle, como bom hegeliano da velha escola, não deriva as definições legais romanas das relações sociais dos romanos, mas do "conceito especulativo" da vontade e, com isso, chega a uma assertiva totalmente anti-histórica. Não se pode ficar admirado quanto a isso num livro que, à base do mesmo conceito especulativo, chega à conclusão de que na herança romana a transmissão dos bens fosse questão puramente secundária. Lassalle não só crê nas ilusões dos juristas romanos, especialmente os dos tempos antigos; ele vai além. (N. de E.)

oprimida seria feita apenas e unicamente no interesse da própria classe explorada, e se esta não reconhecesse isto, mas até se rebelaria, isto seria a pior ingratidão contra os benfeitores, os exploradores¹⁰.

E agora, para concluir, o julgamento de Morgan sobre a civilização:

“Desde o advento da civilização, o crescimento da riqueza tornou-se tão monstruoso, suas formas tão variadas, sua aplicação tão ampla e sua administração tão hábil no interesse dos proprietários que essa riqueza, em relação ao povo, *se tornou um poder incontável. O espírito humano está, aí, desnordeado e proscrito ante a sua própria criação.* Mas, mesmo assim, há de vir o tempo em que a razão humana será suficientemente forte para dominar a riqueza, quando ela há de fixar tanto a relação do Estado à propriedade que ele protege quanto os limites dos direitos dos proprietários. Os interesses da sociedade têm primazia absoluta sobre os interesses individuais e ambos precisam ser levados a uma relação justa e harmônica. A mera caça à riqueza não é a finalidade última da humanidade, a menos que o progresso deixe de ser a lei do futuro como tem sido a do passado. O tempo transcorrido desde o início da civilização é apenas uma pequena fração do tempo de vida da humanidade. A dissolução da sociedade está, ameaçadora, ante nós como conclusão de um transcurso histórico cuja finalidade única é a riqueza; pois um tal transcurso contém os elementos de sua própria aniquilação. Democracia na administração, fraternidade na sociedade, igualdade nos direitos, instrução universal, irão consagrar a próxima etapa superior da sociedade, para a qual colaboram constantemente a experiência, a razão e a ciência. *Ela será um renascimento — mas em forma mais elevada — da liberdade, igualdade e irmandade das velhas gentes.*” (MORGAN. *Ancient society*. p. 552.)

¹⁰ Eu intencionava, inicialmente, colocar a brilhante crítica à civilização que se encontra esparsa pelas obras de Charles Fourier, ao lado da de Morgan e da minha própria. Lamentavelmente falta-me o tempo para isso. Observo apenas que, em Fourier, monogamia e propriedade territorial são consideradas marcos básicos da civilização e que ele a chama de uma guerra dos ricos contra os pobres. Do mesmo modo, já se encontra nele uma visão profunda de que, em todas as sociedades defeituosas, divididas em contradições, as famílias individuais são as unidades econômicas. (N. de E.)

2. K. MARX: A EVOLUÇÃO DA PROPRIEDADE *¹

[...]

O que o Senhor Proudhon chama de surgimento *extra-econômico* da propriedade, sob a qual compreende precisamente a propriedade da terra, é a relação *pré-burguesa* do indivíduo com as condições objetivas do trabalho, e inicialmente com as — condições objetivas do trabalho — *naturais*, pois assim como o sujeito que trabalha //é// indivíduo natural, existência natural — a primeira condição objetiva do seu tra-

* Reproduzido de MARX, K. *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie* (Rohentwurf). 1857-1858 (*Fundamentos da crítica da Economia Política*). 2. ed. Berlim, Dietz Verlag, 1974. p. 388-413. Traduzido por Viktor von Ehrenreich.

¹ O caráter de manuscrito não burilado para publicação explica as elisões e mesmo rudezas do estilo, as quais a tradução não procurou ocultar nem remediar em demasia. Seguimos a paragrafação, os grifos, na medida do possível a pontuação, os principais sinais convencionais usados por Marx e os adotados pelos editores alemães. Entre parênteses () o uso de parênteses de Marx, entre colchetes duplos [[]] o uso de colchetes de Marx, entre colchetes simples [] os acréscimos dos editores alemães, entre barras duplas // os acréscimos do tradutor. Algumas passagens que no manuscrito de Marx aparecem entre colchetes, referindo-se contudo a outro contexto ou constituindo observação marginal, foram editadas no original como notas marcadas por asteriscos e assim também aparecem nesta tradução. Termos e expressões que Marx apresenta em outra língua que não o alemão foram mantidos, quando da sua primeira ocorrência a sua tradução figurando diretamente no texto entre barras duplas //; agregamos algumas explicações à mesma em nota quando necessário. Afastando-nos do uso em português, não grifamos estas expressões estrangeiras (que de resto não estão grifadas no original) para evitar confusão com o grifo usado por Marx, o qual sempre procura ressaltar o significado da expressão em questão. Já terminada a nossa tradução, tivemos ainda oportunidade de confrontá-la à